

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

O Desencanto da Dívida *externa*

O Brasil foi duplamente criticado em Hamburgo, na reunião anual do BID, por representantes americanos e europeus, o que demonstra seu baixo prestígio junto aos governos, credores e investidores do Primeiro Mundo. Não é apenas a segunda taxa de inflação mundial — depois da mutante economia da Rússia — que assusta os banqueiros e investidores com interesses no Brasil.

Embora a inflação seja sinal evidente de descontrole econômico, preocupa os empresários estrangeiros o aparente desinteresse do Brasil em recuperar a credibilidade internacional. A retomada do programa de privatização e a abertura dos portos são insuficientes para instilar confiança em quem vê o Brasil de fora para dentro.

A ligação entre deterioração econômica e social com a crise da dívida externa é mais do que evidente. Foi nos últimos onze anos de crise da dívida externa que se aceleraram a inflação, o desemprego e a perda de renda *per capita*.

Um exame sereno dos antecedentes não exime o excesso de endividamento e os custos financeiros dos altos juros da dívida de responsabilidade pelo empobrecimento do Brasil a partir dos anos 80. Se num primeiro momento — 68 a 74 — o endividamento ajudou o Brasil a crescer (pela absorção anual de uma poupança externa equivalente a 4% do PIB), depois que a crise da dívida sustou os empréstimos ao país, permanecendo os compromissos, o fluxo tornou-se negativo e ajudou a empobrecer o país.

Sem normalizar a questão da dívida externa — pendente de um acordo com o FMI, Clube de Paris e bancos credores — não haverá possibilidade de o Brasil reabrir os canais de financiamento. Há mais de seis meses o Brasil e os bancos credores acertaram os termos finais do acordo de renegociação da dívida de US\$ 55 bilhões, pouco antes da interini-

dade do presidente Itamar Franco. A demora no fechamento desse acordo não aflige apenas os banqueiros pelas conseqüências positivas ou negativas nos balanços pela redenção do Brasil da condição de inadimplente. Essa é uma visão contábil do problema.

As manifestações hostis em Hamburgo exprimem a perplexidade e a aflição dos que não aceitam a deterioração econômica de um país que há 20 anos era considerado um dos "milagres" do pós-guerra. As duras críticas do conselheiro da Volkswagen, Werner Schmidt, tinham também um ar de desencanto de quem já comandou a Volkswagen brasileira numa fase de prosperidade.

Não é preciso voltar à era do fusca. O Brasil tem de se conscientizar de que pouco adiantam medidas que o alinhem às práticas do Primeiro Mundo se não tiver ligação direta com as economias mais dinâmicas através do sistema financeiro. A abertura da economia, mediante a queda de barreiras tarifárias, e a privatização de estatais e dos serviços portuários, podem ajudar a atrair os investidores estrangeiros.

Mas com a instabilidade da alta inflação e a resistência dos maiores bancos do mundo em operar com um devedor relapso, só um investidor adepto de grandes riscos escolheria o Brasil (sem apoio de um grande banco) entre as inúmeras oportunidades de negócios no mundo. Vários países crescem a taxas superiores a 10% ao ano, com inflação de um dígito e plena liberdade de movimentação de mercadorias e capitais. Nem é preciso ir longe: a Argentina cresceu 9% no ano passado, enquanto o PIB brasileiro caiu 1%.

Com o nome do Brasil em baixa, já está ficando difícil até para as empresas privadas rolar dívidas externas com os bancos.